



TWITTER E ESFERA PÚBLICA: Pluralidade e representação na discussão sobre o Marco Civil da Internet ¹

TWITTER AND PUBLIC SPHERE: Plurality and representation in the discussion of the Internet Civil Mark

Letícia Capone², Arthur Ituassu³, Caroline Pecoraro⁴

Resumo: *Esta é uma pesquisa no campo da Internet e Democracia que dialoga com os estudos que analisam as contribuições da Web para a esfera pública nos regimes democráticos contemporâneos (GOMES; MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005; BOHMAN, 2004; CHADWICK, 2009). Nesse contexto, tem como tema a discussão no Twitter sobre o Marco Civil da Internet, com o objetivo de perceber como se deu o debate sobre o assunto nessa rede social, i.e., quais foram as grandes polêmicas, quão plural foi a discussão e que tipo de mídia esteve presente no espaço especificado para observação. Com base em uma análise qualitativa e quantitativa do objeto, ou seja, 388 tweets, foi constatado um predomínio de vozes especialistas nas postagens, bem como um grande compartilhamento de conteúdos produzidos por mídias horizontais, que dominaram o espaço analisado. Ainda que a discussão em torno do Marco Civil da Internet, no período estipulado, não tenha trazido uma contribuição expressiva e representativa de grande parte da sociedade, o debate no Twitter pode ser considerado positivo, no que diz respeito à contribuição das mídias mais horizontais, que dominaram o espaço de visibilidade na rede social em questão durante o período analisado.*

Palavras-Chave: Marco Civil da Internet. Twitter. Representação.

Abstract: *This is a research in the field of Internet and Democracy that dialogues with the studies that analyze Web contributions to the public sphere of contemporary democratic regimes (GOMES; MAIA, 2008;*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio; leticiacapone@gmail.com

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio e pesquisador no Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (CEADD), na Universidade Federal da Bahia (UFBA); ituassu@puc-rio.br

⁴ Graduanda e bolsista de Iniciação Científica (CNPq) do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio; carolpecoraro@gmail.com

DAHLGREN, 2005; Bohman, 2004; CHADWICK, 2009). The intention was to analyze the discussion on Twitter about the Internet Civil Mark, in order to realize how was the debate on the subject in this social network, ie, wich were the major controversies, how plural was the debate and what kind of media (horizontal or vertical) was present in the space specified for observation. Based on a qualitative and quantitative analysis of the object, that is, 388 tweets, we found a prevalence of experts voices in posts, as well as a large share of content produced by horizontal media. Although the discussion on the Internet Civil Mark, within the stipulated period, did not bring a significant contribution of different voices from civil society, the debate on Twitter can be considered positive, with regard to the contribution of horizontal media, which dominated the space of visibility on Twitter during the analyzed period.

Keywords: Internet Civil Mark. Twitter. Representation.

1. Introdução

Esta é uma pesquisa no campo da Internet e Democracia que dialoga com os estudos que analisam as contribuições da Web para a esfera pública dos regimes democráticos contemporâneos (GOMES; MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005; BOHMAN, 2004; CHADWICK, 2009). Nesse contexto, tem como tema a discussão no Twitter sobre o Marco Civil da Internet, com o objetivo de perceber como se deu o debate sobre o assunto nesta rede social, i.e., quais foram as grandes polêmicas, quão plural foi a "conversa" (CAREY, 1989; DEWEY, 1927) e que tipo de mídia (mais horizontal ou mais vertical) esteve presente no espaço especificado para observação (SHAW, *et al.*, 2006).

O Marco Civil da Internet foi uma iniciativa do Ministério da Justiça, que, em 2009, motivado pela reação negativa da sociedade civil em relação ao PL 84/1999, chamado, na web, de "AI5 Digital", iniciou um processo de consulta pública para a construção de uma lei que versasse sobre direitos e responsabilidades na internet (BRAGATTO *et al.*, 2014, p. 2). Foram realizadas duas Consultas Públicas, em 2009 e em 2010, que resultaram em um projeto encaminhado pela presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2011, à Câmara dos Deputados. Após uma longa batalha política, o Projeto de Lei em questão foi aprovado pelos Deputados Federais em março de 2014 e em abril deste mesmo ano pelo Senado Federal. A presidente

Dilma sancionou a lei logo em seguida e o Marco Civil da Internet, neste momento, passa pela fase de construção de sua regulamentação.

Em relação à base teórica que contextualiza a pesquisa, a partir da sugestão de Dahlgren (2005) sobre as três dimensões constitutivas da esfera pública – estrutural, representacional e interacional –, a intenção é inseri-la no plano da segunda dimensão, que, segundo o próprio autor, abrange: 1) a produção dos meios de comunicação, inclusive a internet; 2) o espaço de visibilidade midiática; e 3) a acuidade, a precisão, a completude e a pluralidade de vozes e agendas presentes nas informações veiculadas e nos debates estabelecidos (DAHLGREN, 2005, p. 148-149).

Para testar, empiricamente, os aspectos representacionais que envolveram a discussão em torno do Marco Civil da Internet no Twitter, no que diz respeito a uma possível maior pluralidade de vozes presentes no debate, selecionamos como recorte inicial os dias 29/10/2009, data de início da primeira consulta pública, e 30/10/2009, a fim de desvendar os desdobramentos da “conversa” no dia posterior. Compuseram o corpus dessa pesquisa os 388 *tweets* postados nos dois dias mencionados acima que continham a hashtag #marcocivil. Esses dados foram analisados de acordo com as vozes representadas, as mídias compartilhadas e os temas abordados.

As hipóteses eram a de que a web traria uma diversidade relativa de fontes ao debate e de que a discussão no Twitter traria uma contribuição da mídia horizontal não em relação aos temas, mas às vozes presentes na “conversa”. Realizada a pesquisa, constatamos que a discussão ocorrida no Twitter no período estipulado não trouxe uma contribuição expressiva no que diz respeito à variedade das fontes participantes da “conversa”: o debate foi predominado pelas postagens de pessoas relacionadas ao tema, não se configurando uma amostra abrangente da sociedade civil, que é uma das expectativas quando se requer a participação popular para a tomada de decisões. Ainda assim, a discussão no Twitter pode ser considerada positiva, no que diz respeito à contribuição das mídias mais horizontais, que dominaram o espaço de visibilidade naquele momento, e se tomarmos a



concepção de deliberação continuada (MAIA, 2008; DAHLGREN, 2005), importante para a construção de uma cultura cívica.

Sendo assim, este trabalho está dividido em mais quatro seções além desta introdutória. Na primeira, está uma breve discussão teórica que serve de referência para a análise sobre os potenciais que a internet traz para a constituição de uma ou várias esferas públicas, levando em consideração os aspectos representacionais que a(s) envolvem (DAHLGREN, 2005) e aproximando-se da noção de interação continuada, que insere as discussões num contexto cultural mais abrangente (MAIA, 2008, p. 289). Na terceira e quarta seções estão, respectivamente, a metodologia utilizada e os resultados da pesquisa empírica. Na discussão final, enfatizamos que no debate em torno do Marco Civil da Internet no Twitter, dentro do período estipulado, predominaram as vozes especializadas no tema, muitas vezes de um mesmo usuário com alto índice de postagens, e as referências utilizadas na construção dos argumentos foram, em sua maioria, de mídias mais horizontais.

2. Fundamentação Teórica

O surgimento da internet trouxe uma enorme expectativa de grandes mudanças no cenário político e social. Seus atributos e potenciais, como a possibilidade do acesso universal; a comunicação não coercitiva ou hierarquizada; e a liberdade de expressão (GOMES, 2008, p. 304-305) a fazem despontar na academia como novo ambiente de deliberação, ou seja, um “importante “lugar”, ou “arena conversacional”, na qual o espaço se desdobra e novas conversações e discussões políticas podem seguir seu curso” (MAIA, 2008, p. 283). De acordo com Castells (2003, p. 135), as novas tecnologias teriam o potencial de transformar a dimensão política, tornando-se o espaço propício para que os cidadãos expressem seus direitos e se comuniquem com outros, compartilhando valores e questões. A possibilidade de se ter um público ampliado também é uma das vantagens apontadas pelos que enxergam a internet como a nova ágora pública: o diálogo e a troca de argumentos prescindem dos encontros face a face, transcendendo as fronteiras do Estado-nação para uma participação em escala global, expandindo os fóruns conversacionais (MAIA, 2008, p. 283).



Gerards e Schäfer (2010, p. 3) reiteram as expectativas que a internet traz de uma possível inclusão de múltiplos atores ao debate, especialmente os da sociedade civil que não têm acesso ao espaço de visibilidade midiático. Sendo assim, espera-se que interpretações alternativas estejam presentes na *web*, servindo como um impulso para a democratização da esfera pública, para o fortalecimento do interesse pelos aspectos políticos e para a participação cidadã. Para Maia (2008, p. 191-192), a inserção dos atores críticos da sociedade civil nos debates públicos pode gerar benefícios para a ação conjunta de deliberação, uma vez que suas questões trazem considerações éticas e morais para a discussão, apresentando não somente números e estatísticas, como fazem especialistas, mas seus valores apreendidos em comunidade. Essa visão ampliaria a definição do problema, apresentando diferentes perspectivas, algumas, até, conflitivas, permitindo "alcançar um compartilhamento do saber social para tratar de temas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva" (MAIA, 2008, p. 191-192). Nesse sentido, ainda que seja difícil dirimir conflitos, especialmente os mais intensos, o resultado gerado por um processo de deliberação ampliado, que comporta ideias conflitantes, pode ser mais positivo, no que diz respeito a sua qualidade. Maia (2008, p. 166) percebe, então, a importância dos processos argumentativos e deliberativos por parte dos cidadãos e das associações, que, articulando interesses coletivos, podem contribuir na definição de agendas públicas ou de modos alternativos de governança.

A autora (2008, p. 286-287) ressalta que o ambiente digital pode ser vantajoso para o debate crítico-racional, uma vez que é um espaço livre de coerções e que usuários têm possibilidades de se associar e se engajar em diferentes causas, fóruns e comunidades virtuais. Além disso, há uma relação dialógica estabelecida, em que interlocutores podem prescindir da presença física e do diálogo em tempo real e realizar trocas irrestritas de ideias, numa comunicação multidirigida, sem que haja a necessidade de se manter parceiros fixos ou autorizados. Vale sinalizar, ainda, que livres dos encontros face a face e munidos do anonimato propiciado pelas redes, cidadãos podem estabelecer diálogos e debates de forma mais paritária, uma vez que, diante desse quadro, as desigualdades



sociais sofrem um apagamento: “Se a discussão acontece em um ambiente livre de medo, de intimidação ou de ridículo, uma variedade maior de pontos de vista pode ser expressa” (MAIA, 2008, p. 287). Sendo assim, há uma possibilidade maior de que os melhores argumento predominem durante um debate virtual, fato que pode não ocorrer nas discussões presenciais, por serem mais propícias às interferências e influências das posições sociais e hierárquicas de seus participantes.

O debate genuíno depende ainda da livre motivação de seus participantes, que devem buscar “um entendimento partilhado sobre uma matéria em comum” (MAIA, 2008, p. 287), não só expressando seus argumentos, mas ouvindo as posições alheias e respondendo aos outros debatedores, quando questionados, numa atitude de respeito mútuo. Há quem aponte, porém, para as fragilidades das redes no que diz respeito aos seus usos: há um elevado número de participantes de discussões online que, embora registre sua opinião ou busque informações, não se vincula ao debate contínuo, reduzindo a prática argumentativa, composta pela argumentação e contestação (MAIA, 2008, p. 288).

Há outras ressalvas da academia em relação à formação de uma esfera pública digital. As de Fraser (apud GOLDBERG, 2011, p. 742), por exemplo, se dividem em duas categorias: legitimidade e eficácia. A primeira indica que há um problema de inclusividade, particularmente no que diz respeito a grupos historicamente excluídos das instituições de poder, e a segunda ressalta a inabilidade dos cidadãos de comunicarem suas demandas e desejos às instituições e das instituições de atenderem as reivindicações. Já Benkler divide as críticas à esfera pública virtual (apud GOLDBERG, 2011, p. 742) em sete categorias: a questão babélica, isto é, a internet percebida como um ambiente sobrecarregado de informações, o que gera a fragmentação, a polarização do discurso e a perda da comunidade política; a questão da potência, já que poucos sites detêm a maior parte do tráfego, havendo uma relativa descentralização; o fato de que a internet minaria a habilidade das mídias tradicionais de cumprirem sua função de *watchdog*; o controle ao acesso à informação pelos estados autoritários; a exclusão de parte dos cidadãos das redes digitais; o papel da internet na participação cívica, que poderia miná-la mais do que melhorá-la; e, por fim, a questão da qualidade e da



ampliação de produções culturais (e políticas) amadoras, que poderiam empobrecer, mais do que enriquecer a cultura como um todo.

Nessa mesma linha, Newman (2001, p. 304) salienta quatro conceitos que envolvem a esfera pública, a distribuição de informação política e os valores e comportamentos: a coesão social, que abarca as leis, a ordem, as normas sociais, normalmente conservadoras, e a preocupação legítima e prática, não ideológica, do processo democrático nas sociedades industriais e desenvolvidas; a fragmentação, que seria a distribuição horizontal de crenças e preferências em uma sociedade, de acordo com as diferentes comunidades regionais, étnicas e ideológicas, resultando na dispersão de valores; a estratificação, que engloba as diferenças verticais entre elites e massas no que diz respeito às informações políticas; e, por fim, a polarização, envolvendo não só a distribuição das crenças e opiniões, mas a atuação frente às diferenças sociais e comportamentais percebidas. De acordo com o autor, a redução de custos em se adquirir e em disponibilizar informações políticas na internet pode significar, em algum grau, um aumento da participação do cidadão na esfera política, mas não altera nem iguala, em larga escala, os níveis de polarização e estratificação das crenças e opiniões políticas (p. 317). Dyson (apud DEAN, 2003, p. 100) sinaliza outro problema na concepção da internet como esfera pública: o excesso de falantes. Por ser aberta, todos podem estar incluídos, mesmo os ignorantes, os mal informados, ou desautorizados, constituindo muitas ideias e opiniões diferentes na web.

Estes questionamentos podem ser relativizados se tomarmos a internet e os processos de deliberação não somente como encontro dialógico singular, em busca de uma decisão conjunta prática e profícua, mas tendo a noção de espaços de interação continuada, inserindo as discussões num contexto cultural mais abrangente, visando a formação de preferências e de convicções (MAIA, 2008, p. 289-290). Neste sentido, deixa-se de lado a noção do que seria uma situação ideal de discurso, calcada nas condições ideais de argumentação, admitindo-se processos de deliberação de longo prazo, não tão dependentes das condições de razoabilidade e reciprocidade que permeiam o diálogo singular. Mesmo admitindo-se que cidadãos podem estar despreparados para expor racionalmente suas ideias

e preferências, embora tenham suas inclinações e desejos, o processo continuado de deliberação pode significar uma forma de aprendizagem, já que durante os debates os cidadãos podem tornar-se mais críticos a respeito dos temas expostos e até mesmo das próprias opiniões, podendo, ainda, diante dos processos deliberativos, mudar suas atitudes e orientações políticas e encorajar-se a apresentar suas ideias. Talvez seja um erro encarar a deliberação como a busca de um entendimento ou consenso final, uma vez que durante o debate determinadas opiniões podem permanecer em desacordo, devendo ser reavaliadas e amadurecidas pelos participantes nos intervalos entre um debate e outro. Diferencia-se, assim, o discurso singular, que objetiva a obtenção de uma decisão obrigatória e final, exigindo que os participantes destes tipos de debate sejam altamente comprometidos e engajados, do discurso prático, processo comunicativo mais reflexivo que ocorre com maior ou menos intensidade em nossas vidas. Neste último caso, defende-se que por um processo gradual e disperso, sempre aberto à revisão, o debate público pode acarretar numa interpretação coletiva e entendimento mútuo dos interesses mais importantes, a respeito da vida comum dos cidadãos (MAIA, 2008, p. 291-292). E embora este tipo de processo de deliberação não seja necessariamente dependente da condição de racionalidade argumentativa, o que se percebe é que, diante do próprio movimento das discussões e das exposições de argumentos e contra-argumentos, determinadas ideias se fortalecem e se aglutinam, enquanto outras são questionadas, se enfraquecem e até desaparecem. De acordo com Sampaio et al. (2010, p. 449), até mesmo durante os processos deliberativos os argumentos e as possibilidades podem não se esgotar, transformando a deliberação em um processo contínuo em que as posições podem ser reavaliadas e novamente discutidas. Ainda, a deliberação pode servir a diversos fins e pode ser questionável a tentativa de limitá-la (e enquadrá-la) a um processo com um único objetivo principal (SAMPAIO et al, 2012).

Em consonância com a ideia de deliberação continuada proposta por Maia, a concepção de esfera pública para Dahlgren (2005, p. 148) passa pela circulação de informações, ideias, debates e pela formação da vontade política, todos estes

aspectos facilitados e propiciados pelos meios de comunicação de massa e, mais recentemente, pela internet. O autor indica que, diferentemente da ideia inicial de Habermas, a esfera pública não obedece a uma forma única e singular, mas à constituição de diferentes espaços e arenas, especialmente levando-se em consideração a complexidade das sociedades contemporâneas e os efeitos do mundo globalizado. De acordo com o Dahlgren (2005, p. 152), a visão integrada, normativa e idealizada de esfera pública fracassou nas sociedades contemporâneas, que passam a se preocupar e a abarcar a pluralidade e as diferenças. Compõem as democracias atuais grupos de diferentes gêneros, etnia, capital cultural, orientação política que podem requerer espaços especializados de discussão, para trabalhar questões internas ou formar uma identidade coletiva. Dahlgren (2005, p. 148-149) propõe, então, três dimensões constitutivas da esfera pública: estrutural, representacional e interacional. A primeira diz respeito aos aspectos formais e institucionais que permeiam um processo deliberativo, incluindo a liberdade de expressão, o acesso e a dinâmica inclusão/exclusão. Tanto a mídia quanto as instituições políticas formam uma ecologia política que também forma e estrutura a esfera pública e a maneira como a informação circula. A segunda dimensão, a representacional, refere-se às vozes presentes na esfera pública, considerando que estas devem ser plurais, comportando variadas agendas, posições e ideias. Nesse caso, a mídia assume um papel central como espaço de visibilidade e de disseminação de informações. É neste aspecto que nossa pesquisa se localiza, na tentativa de mapear que vozes estão representadas no debate sobre o Marco Civil da Internet no Twitter. A terceira e última dimensão, interacional, requer não simplesmente um público passivo e atomizado, mas cidadãos interagindo uns com os outros, premissa fundamental para que os processos deliberativos ocorram. Essa interação ocorre tanto no encontro de cidadãos com a mídia, uma vez que o usuário interpreta e usa os conteúdos veiculados nos meios de comunicação de massa, quanto na relação entre cidadãos, que engloba tanto uma conversa entre duas pessoas, quanto encontros maiores em escala, ou seja a comunicação em espaços da vida social.



Sobre a deliberação, Dahlgren (2005, p. 156) ressalta que pesquisas recentes têm mostrado que as discussões online não seguem, necessariamente, os preceitos normativos dos processos deliberativos que pressupõem que as discussões abertas tenham como objetivo a formação de um consenso, motivado racionalmente: na internet os discursos nem sempre são racionais, os usuários não demonstram tanta tolerância em torno de ideias opostas às suas e as formas de interação podem não ser civilizadas. No entanto, o autor sugere que a vida política *offline* também comporta estes percalços, não havendo por que esperar um cenário diferente ou uma transformação ontológica nos processos deliberativos com a transposição das discussões públicas para o ciberespaço.

3. Metodologia

A partir desse ponto, o objetivo dessa pesquisa é testar empiricamente que vozes e temas estiveram presentes no debate desenvolvido no Twitter sobre o Marco Civil da Internet durante o período em que a iniciativa foi pauta institucionalizada da política brasileira, desde a primeira consulta pública sobre o tema, em outubro de 2009, até o momento em que a lei foi aprovada no Senado Federal, em abril de 2014.

Dessa forma, foram material de análise os *tweets* publicados com a *hashtag* #marcocivil (a principal entre aquelas utilizadas) entre 29 de outubro de 2009 e 22 de abril de 2014. Entretanto, como o "n" potencial dessa pesquisa é enorme, mapeamos, nesse primeiro momento, as postagens da primeira fase de consulta pública sobre o Marco Civil da Internet, que ocorreu entre 29/10/2009 e 17/12/2009. Nessa primeira fase da pesquisa, foram coletados os *tweets* postados na data principal do evento em questão, além daqueles publicados no dia posterior, a fim de verificar a repercussão e a amplitude do assunto Marco Civil da Internet, no universo estabelecido para análise.

Com isso, o primeiro passo metodológico foi desenvolver uma busca, pela ferramenta Advanced Search do Twitter, de todos os *tweets* publicados com a marca #marcocivil no período determinado, isto é, dias 29/10/2009 e 30/10/2009. Os dados obtidos foram organizados em uma tabela com: 1) informações de

identificação (nome do perfil); 2) data e hora da publicação; 3) texto do *tweet*; 4) qualidade da voz em questão e sua relação com a área; 5) tema da publicação; e, por fim, 6) tipologia da mídia replicada quando assim ocorreu, sendo as mídias classificadas como: MV (mídia mais vertical), MH (mídia mais horizontal) e NDA (nenhuma mídia ou nenhuma delas).

Coletados e organizados os 388 *tweets*, analisamos o material, tendo em vista dois eixos principais. O primeiro deles englobou a verificação e o mapeamento da qualidade das fontes que estabeleceram o diálogo em torno do tema Marco Civil da Internet pela sua "posição social ou organizacional" (cidadão, político, jornalista, mídia etc.). Para tal, foram consideradas as fontes primárias, ou seja, quem publicou o *tweet* original. No intuito de obter o mapeamento da qualidade de cada voz, levou-se em consideração a descrição disponibilizada pelo próprio usuário em sua bio do Twitter e, quando não havia nenhuma informação deste tipo disponível, foi realizada uma busca em outras redes sociais que indicassem a atividade desempenhada pela fonte em questão. Foi levantada, ainda, a afinidade do usuário com o tema da discussão, isto é, a criação de um Marco Civil para a Internet, sendo estes classificados como vozes especializadas, caso de estudantes, advogados, ativistas, professores, entre outros, que detinham conhecimento em temas relacionados, tais quais, legislação para a internet; mídia e tecnologia; cibercultura; sistemas de informação; softwares livres etc; vozes não especializadas, quando o campo de atuação e interesse do usuário não englobava temáticas afins; e, por fim, NDA, quando nenhuma informação sobre o usuário foi localizada.

Por exemplo, o usuário @caffsouza informa no descritor de sua bio no Twitter que é professor de uma Universidade estadual. Em uma busca mais detalhada, percebemos que, além de lecionar a matéria Direito da Tecnologia da Informação, o usuário é diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade de um determinado estado. Sendo assim, consideramos @caffsouza uma voz especializada. Assim como o usuário também considerado especialista @internetlegal, que diz ser, em sua bio, *cyberlawyer*, informação confirmada em seu site, disponibilizado em seu Twitter. Já o usuário @oitto8 não inclui, em seu Twitter, nenhuma informação que nos leve a sua posição social, tampouco foi possível determiná-la em uma busca em outros

sites e redes sociais. Sendo assim, o consideramos usuário indefinido. O mesmo ocorreu com @rueles: não localizamos informações sobre suas atividades e áreas de interesse, sendo o mesmo também classificado como usuário indefinido.

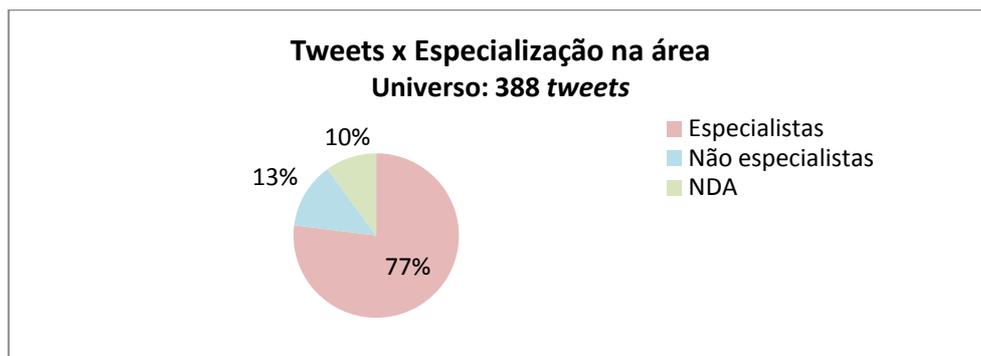
O outro eixo comportou a análise do texto de cada *tweet*, tendo em vista, primeiramente, o tema disposto em cada postagem e a qualidade do *link* (caso houvesse) que acompanhou a publicação, tendo em vista a definição de mídia vertical e horizontal apresentada por SHAW et al. (2006) e já utilizada em outra pesquisa (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015). Para determinar o tema, observamos sobre o que versou o *tweet*. Essa classificação pode ser melhor compreendida, por exemplo, com a postagem de @marcocivil, que tinha como texto “Agora o Ministro da Justiça Tarso Genro fala no lançamento do #marcocivil”. O *post* se referia ao Evento de lançamento do Marco Civil da Internet, realizado na FGV, na ocasião de sua Primeira Consulta Pública. Já o *tweet* "Argumentos toscos! NÃO AO AI5Digital!! #MarcoCivil da internet!! RT @pagina2: Azeredo fala sobre Ai5-Digital ... - <http://j.mp/oAv5Fr>", postado por @BetoMafra, abordou a Lei de Azeredo, com a indicação de uma entrevista concedida por Eduardo Azeredo ao Portal Terra. Um outro exemplo é o *post* de @CTS_FGV "Participe do #marcocivil: acesse "Consulta" em <http://bit.ly/49CwL5>, escolha um tópico e clique em "Participar dessa discussão", ou seja, uma chamada para que os usuários participassem da discussão, com esclarecimentos sobre como fazê-lo.

Sobre os links de referência publicados em alguns *tweets*, quando as mídias de referência eram aquelas que apresentavam um fluxo de informação *top down* como é o caso do portal Terra e Uol, ou das Revistas Época e Exame, as mesmas foram consideradas mídias mais verticalizadas. Já as mídias de nicho ou de conteúdo produzido por indivíduos ou organizações sociais, que se colocam em uma relação mais horizontal com o cidadão, como é o caso do site e do blog do Marco Civil da Internet; do blog do Josias da Folha de S.Paulo; do site da Câmara dos Deputados, foram classificadas como mídia mais horizontais (ITUASSU; LIFSCHITZ, 2015).

4. Análise e resultados

Na ocasião da Primeira Consulta Pública, que ocorreu de 29 de outubro a 17 de dezembro de 2009, selecionamos como recorte, para a viabilidade da pesquisa, o dia de início e o posterior - 29 e 30/10/2009. Foram 388 *tweets* no período, sendo 297 das postagens feitas por usuários especializados no tema; 50 por usuários não especializados; e 41 por usuários sem definição possível sobre o grau de especialização (NDA). Em termos percentuais, 77% dos *tweets* tiveram a autoria de vozes especializadas; 13% de não especializadas; e 10% de usuários sem definição possível (NDA), conforme disposto no GRÁFICO 1:

GRÁFICO 1: NÚMERO DE TWEETS X ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA



Ao mapearmos as 50 postagens de usuários não especializados no tema, ou seja, aqueles que não tinham algum grau de expertise sobre o assunto, com o intuito de obter a qualidade de cada voz, foi possível perceber um predomínio de postagens de mídias horizontais, jornalistas e professores. Na TABELA 1 estão indicadas todas as posições sociais e organizacionais das vozes não especializadas representadas no debate, num universo de 50 *posts*:

TABELA 1: MAPEAMENTO DA QUALIFICAÇÃO DAS VOZES NÃO ESPECIALIZADAS

Qualificação das vozes não especializadas	
Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>
Mídia horizontal	9
Jornalista	5
Professor	5
Cantor	3
Empresa	3
Pesquisador	3
Organização social	2
Partido	2
Político	2
Instituição de ensino	2
Analista contábil	1
Analista de comunicação	1
Assessor de comunicação	1
Consultor	1
Diretor de criação	1
Escritor	1
Estudante	1
Físico	1
Fotógrafo	1
Advogado	1
Musico	1
Profissional de logística	1
Redator	1
Roteirista	1

É possível perceber, pelos dados dispostos na TABELA 1, que houve uma predominância de determinadas qualidades de vozes no debate. Se considerarmos as dez primeiras posições de falantes, constatamos que dentro do universo dos 50 *tweets* de não especialistas, 35 ou 70% das postagens foram realizadas por eles. Ao aplicarmos um percentual para cada uma das dez principais vozes não especializadas dentro do universo total de *tweets* e dentro do universo de *tweets* da categoria, obtivemos os seguintes dados, de acordo com a TABELA 2:

TABELA 2: REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS VOZES NÃO ESPECIALIZADAS

Qualidade da voz	Número de tweets	% dos tweets totais (388)	% dos tweets na área (50)
Mídia horizontal	9	2%	18%
Jornalista	5	1%	10%
Professor	5	1%	10%
Cantor	3	1%	6%
Empresa	3	1%	6%
Pesquisador	3	1%	6%
Organização social	2	1%	4%
Partido	2	1%	4%
Político	2	1%	4%
Advogado	1	1%	2%

Sobre o mapeamento de vozes dos usuários especializados no tema, isto é, aqueles que possuíam expertise em áreas relacionadas ao Marco Civil da Internet, percebemos, nesse primeiro recorte temporal, uma predominância de postagens, respectivamente, do Twitter oficial do Marco Civil da Internet, de mídias horizontais, de organizações sociais, de ciberativistas e de ativistas. Na TABELA 3 está mapeada a qualidade das vozes dos usuários especializados, num universo de 297 posts:

TABELA 3: MAPEAMENTO DA QUALIFICAÇÃO DAS VOZES ESPECIALIZADAS

Qualificação das vozes especializadas	
Qualidade da voz	Número de tweets
Twitter oficial do MCI	51
Mídia horizontal	42
Ciberativista	29
Organização social	26
Professor	23
Ativista	20
Analista de sistemas	18
Empreendedor	15
Jornalista	13
Mídia vertical	10
Servidor	9
Advogado	7
Governo	6
Arquiteto	3
Gerente de Projetos	3
Movimento social	3
Antropólogo	2
Coordenador de comunicação	2
Empresário	2
Engenheiro	2
Gerente de atendimento	2
Analista de TI	1
Assessor Jurídico	1
Comunicólogo	1
Estudante	1
Físico	1
Instrutor de cultura digital	1
Museólogo	1
Pesquisador	1
Programador	1

Notamos, novamente, a predominância de determinadas qualidades de vozes: dos 297 *tweets* postados por especialistas, 83% (ou 247) são de autoria das dez primeiras mapeadas. Entre os *tweets* totais, ou seja, os 388, as dez vozes especialistas mais falantes foram responsáveis por mais da metade das postagens (64%). Na TABELA 4 consta a representatividade percentual das principais vozes especializadas no debate, dentro do universo de postagens da categoria e dentro do universo total de *tweets*.

TABELA 4: REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS VOZES ESPECIALIZADAS

Qualidade da voz	Número de <i>tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% dos <i>tweets</i> na área (297)
Twitter oficial do MCI	51	13%	17%
Mídia horizontal	42	11%	14%
Ciberativista	29	8%	10%
Organização social	26	7%	9%
Professor	23	6%	8%
Ativista	20	5%	7%
Analista de sistemas	18	5%	6%
Empreendedor	15	4%	5%
Jornalista	13	3%	4%
Mídia vertical	10	3%	3%

Se deslizarmos da noção de especialista para a de usuário único, para testarmos ainda mais quão plural foi a discussão, percebemos que 72 usuários únicos especializados dialogaram sobre o tema Marco Civil da Internet no Twitter. No entanto, houve, novamente, uma grande repetição de vozes: dez usuários, juntos, responderam por 46% das postagens totais (178 de 388 *tweets*) e 60% das postagens na categoria (178 de 297 *tweets*). Na TABELA 5 estão dispostos os usuários únicos especializados com maior percentual de postagens durante o debate:

TABELA 5: USUÁRIOS ÚNICOS ESPECIALIZADOS COM MAIOR PERCENTUAL DE POSTAGENS

Posição social	Usuário	<i>Tweets</i>	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% dos <i>tweets</i> na área (297)
Twitter oficial MCI	@marcocivil	51	13%	17%
Mídia horizontal	@EduFuturo	39	10%	13%
Ciberativista	@caribe	20	5%	7%
Analista de sistemas	@joaosergio	16	4%	5%
Organização social	@Instituto_SM	12	3%	4%
Ativista	@MarceloBranco	11	2%	4%
Mídia vertical	@EstadooLink	10	2%	3%
Organização social	@PSLBrasil	7	2%	2%
Empreendedor	@gabiagustini	6	2%	2%
Empreendedor	@rasevero	6	2%	2%

Já no caso das vozes não especializadas, o número de *tweets* por usuários únicos foi melhor distribuído: no total, participaram da discussão 37 usuários não especialistas, dentre os quais os dez perfis mais falantes foram responsáveis por 42% das postagens dentro do universo da categoria (ou 21 *tweets* em 50) e 5% das postagens totais (21 em 388 *tweets*). Na TABELA 6 estão dispostos os usuários únicos não especializados no tema com maior percentual de postagens durante o debate:

TABELA 6: USUÁRIOS ÚNICOS NÃO ESPECIALIZADOS COM MAIOR PERCENTUAL DE POSTAGENS

Posição social	Usuário	Tweets	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% dos <i>tweets</i> na área (50)
Mídia horizontal	@politposition	3	1%	6%
Mídia horizontal	@SalveRio	3	1%	6%
Pesquisador	@kokamedia	3	1%	6%
Cantor	@chris_gar	2	1%	4%
Empresa	@BRcolaborativo	2	1%	4%
Partido	@PTnoTw	2	1%	4%
Professor	@RMarinsky	2	1%	4%
Instituição de ensino	@CTS_FGV	2	1%	4%
Advogado	@thiagofdsouza	1	0,20%	2%
Analista de comunicação	@luizhbsilva	1	0,20%	2%

No caso de usuários sem definição possível (NDA), dialogaram sobre o tema 27 diferentes perfis, dentro do universo de 41 *tweets* postados por esta categoria. Os dez usuários únicos mais falantes foram responsáveis por 24 ou 59% das postagens dentro da categoria e 6% dentro do universo total de *tweets*. Na TABELA 7 estão dispostos os usuários únicos sem definição de posição social e organizacional possível com maior percentual de postagens durante o debate:

TABELA 7: USUÁRIOS ÚNICOS NDA COM MAIOR PERCENTUAL DE POSTAGENS

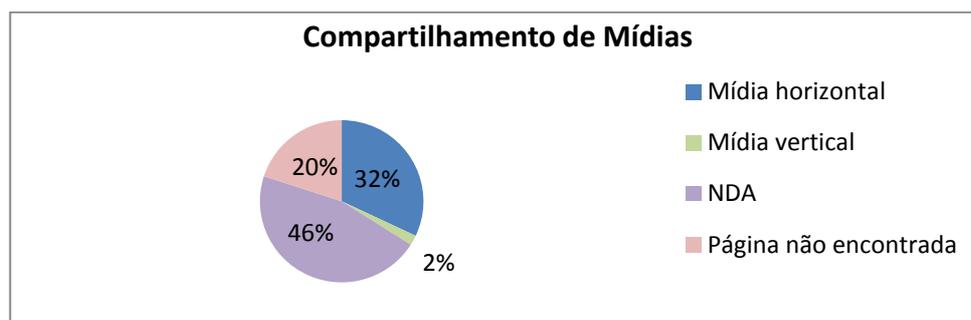
Posição social	Usuário	Tweets	% dos <i>tweets</i> totais (388)	% dos <i>tweets</i> na área (41)
Usuário indefinido	@oitto8	4	1%	10%
Usuário indefinido	@edulacerda	3	1%	7%

Usuário indefinido	@jlgldlr	3	1%	7%
Usuário indefinido	@rpenha	3	1%	7%
Usuário indefinido	@georgianeee	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@pablomatos	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@rog_alv	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@gregoripavan	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@interlinguas	2	0,50%	5%
Usuário indefinido	@bennett_te_ama	1	0,20%	2%

Somando os usuários únicos das três categorias - vozes especializadas, não especializadas e NDA - obtivemos um total de 136 diferentes perfis participantes do debate.

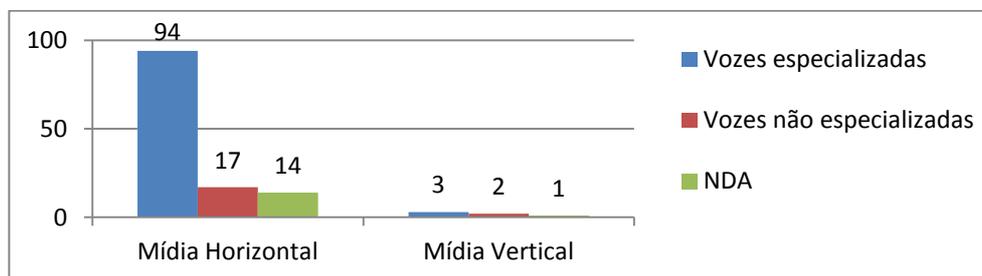
Sobre as mídias e os temas referidos, de um total de 388 *tweets*, 125 tiveram mídias mais mais horizontais incluídas; seis utilizaram mídias mais verticais; 180 não fizeram referência a nenhuma mídia; e em 77 casos o link disponibilizado já não estava mais disponível na web. Em termos percentuais, em 32% das postagens foram compartilhados links de mídias horizontais; em 2%, de mídias verticais; em 20% o link de referência já não estava mais disponível na web; e em 46% dos *posts* totais não havia referência a nenhuma mídia, conforme disposto no GRÁFICO 2:

GRÁFICO 2: COMPARTILHAMENTO DE MÍDIAS



Traçando um comparativo entre a mídia compartilhada e o conhecimento dos usuários no tema, obtivemos os resultados dispostos no GRÁFICO 3:

GRÁFICO 3: COMPARTILHAMENTO DE MÍDIA X GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO



Houve, portanto, um grande compartilhamento de conteúdo criado por mídias mais horizontais e um baixo número de links referentes às mídias mais verticais. Entre os fatores que podem ter contribuído para isso estão o grande número de compartilhamento do site do Marco Civil da Internet, local onde foi realizada a Consulta Pública e onde eram disponibilizadas as principais informações sobre o tema, e de sites de Organizações Sociais em prol de uma internet livre. Além disso, pode ter contribuído para a escassez de links de mídias verticais a possível falta de noticiamento sobre o Marco Civil da Internet pela grande mídia, ideia bastante difundida e comentada pelos usuários presentes no debate. Sobre a relação estabelecida entre os links compartilhados e a afinidade do usuário com a área, os usuários com conhecimento na temática fizeram uso com maior recorrência das referências midiáticas, o que talvez denote um maior grau de informação e localização dos espaços de discussão por estes perfis.

Sobre os principais temas compartilhados, listamos os dez com maior quantidade de postagens, que corresponderam a 54% (ou 209) das 388 postagens totais. Dentro do período estipulado, os usuários abordaram, principalmente, as temáticas expostas na TABELA 8:

TABELA 8: PRINCIPAIS TEMAS COMPARTILHADOS

Tema	Total	% dos tweets totais (388)	% na soma dos 10 temas mais compartilhados (209)
Transmissão do evento de lançamento do MCI	54	14%	26%
Evento de lançamento do MCI	51	13%	24%
Chamada para participação no MCI	29	7%	14%
O criador da ideia de um MCI	13	3%	6%
Início da construção colaborativa	12	3%	6%

do MCI			
Explicações sobre o MCI	11	3%	5%
Grupo oficial de discussão do MCI	11	3%	5%
Followfriday	11	3%	5%
Blog do MC	9	2%	4%
PL do Azeredo	8	2%	4%

No dia 29/10/2009, dia de abertura da Primeira Consulta Pública, ocorreu o lançamento do Marco Civil da Internet, evento realizado na FGV do Rio de Janeiro e bastante compartilhado entre os usuários, que tanto indicavam o link de transmissão do evento para acompanhamento em tempo real, quanto faziam a cobertura dos acontecimentos no local. Além disso, houve uma forte corrente de mobilização de internautas, na tentativa de divulgar a abertura da Consulta Pública, o Twitter oficial do Marco Civil e o endereço eletrônico onde os grupos de discussão podiam opinar e participar da construção de um Marco Civil para a internet. Também foi pauta da discussão o Projeto de Lei apresentado pelo deputado Eduardo Azeredo (PSDB), bastante criticado na web por internautas, que apontavam o projeto de um Marco Civil para a Internet como uma resposta a este “AI5 Digital”, nomenclatura dada pelos próprios usuários à proposta.

Relacionando os temas compartilhados à especialização dos usuários em relação ao assunto, percebemos que os temas mais compartilhados pelos especialistas na área tiveram relação com o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, que ocorreu na FGV, Rio de Janeiro. Houve, também, uma forte mobilização para a participação dos usuários em geral na discussão sobre a criação de um Marco Civil para a internet. Neste recorte, o tema “PL do Azeredo” deu lugar à “Cobertura do Lançamento do Marco Civil da Internet”, como mostra a TABELA 9:

TABELA 9: TEMAS X VOZES ESPECIALIZADAS

Tema x Especialistas	Tweets especialistas	Tweets totais	% dos tweets de especialistas na quantidade total do tema
Evento de lançamento do MCI	48	51	94%
Transmissão do evento de lançamento do MCI	34	54	63%
Chamada para participação no MCI	24	29	82%
Ideia para MCI veio de Lula	11	13	85%
Grupo oficial de discussão do MCI	10	11	91%

Followfriday	10	11	91%
Início da construção colaborativa do MCI	9	12	75%
Explicações sobre o MCI	8	11	73%
Divulgação do blog do MC	8	9	89%
Cobertura do lançamento do MCI	6	7	86%

Entre os não especialistas, entre os dez temas mais compartilhados permaneceram presentes o evento de lançamento do Marco Civil da Internet e a mobilização para a participação dos usuários na construção do Marco Civil. Os temas “Cobertura do lançamento do Marco Civil da Internet” e “Divulgação do blog do Marco Civil da Internet” deram lugar ao “PL do Azeredo” e “Divulgação do Twitter do Marco Civil da Internet”, conforma a TABELA 10:

TABELA 10: TEMAS X VOZES NÃO ESPECIALIZADAS

Tema X não especialistas	Tweets não especialistas	Tweets totais	% dos tweets de não especialistas na quantidade total
Transmissão do evento de lançamento do MCI	15	54	28%
Evento de lançamento do MCI	3	51	6%
Chamada para participação no MCI	3	29	10%
Ideia para MCI veio de Lula	2	13	15%
Início da construção colaborativa do MCI	2	12	17%
PL do Azeredo	2	8	25%
Divulgação do Twitter do MCI	1	7	14%
Grupo oficial de discussão do MCI	1	11	9%
Followfriday	1	11	9%
Explicações sobre o MCI	1	11	9%

5. Considerações finais

Nossas hipóteses, antes de iniciar a pesquisa, eram a de que a web traria uma diversidade relativa de fontes ao debate e de que a discussão no Twitter traria uma contribuição da mídia mais horizontal não em relação aos temas, mas às vozes presentes na "conversa".

A primeira delas se confirmou: embora fique nítida a repetição de determinadas fontes, vimos, no debate, a participação de usuários de diversas

áreas, o que pode contribuir para uma visão mais abrangente do tema. É preciso ressaltar, porém, que houve uma predominância das vozes especializadas no tema, que representaram 77% das postagens totais, talvez pela especificidade do assunto Marco Civil da Internet. Esse aspecto nos leva a sugerir um possível problema representacional no espaço analisado no que diz respeito à desigualdade de acesso e de consideração sobre o tema.

Sobre a quantidade de usuários únicos, houve pouca variedade de perfis dialogando, se considerarmos que a consulta pública sobre o Marco Civil da Internet era aberta a todos os interessados, e uma grande repetição de vozes, ou seja, um alto número de postagens concentradas em poucas pessoas, situação recorrente durante o período analisado. Sampaio *et al.* (2013) e Bragatto *et al.* (2015) já haviam chegado a conclusões semelhantes em análises conjuntas realizadas no fórum online que hospedou a consulta pública do Marco Civil da Internet. De acordo com os autores, a discussão realizada na ferramenta mencionada foi limitada, no que diz respeito à adesão e ao pluralismo de vozes. Houve alta concentração de mensagens postadas por um baixo número de usuários, que eram, em sua maioria, indivíduos com alto interesse na questão e com algum conhecimento na área.

No entanto, apesar da discrepância na representação das vozes especializadas, que predominaram durante o debate, e as não especializadas, responsáveis por uma parcela pequena das postagens, as temáticas abordadas pelos dois grupos manteve-se similar: ambos abordaram o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, realizado pela FGV, e conclamaram os usuários em geral a participarem da Consulta Pública para a construção deste marco civil.

As mídias mais horizontais, que compõem a nossa segunda hipótese, estiveram muito presentes no debate como fonte primária, ou seja, pela postagem de *tweets*, e como fonte de referência em postagens de outros usuários. Houve um expressivo número de compartilhamento de links deste tipo de mídia, aspecto que pode ser em parte explicado pelo fato de que grande parte dos *tweets* indicavam o site do Marco Civil da Internet, ambiente em que as discussões e as consultas foram feitas. Além disso, houve um grande movimento de organizações sociais em prol de uma internet livre que realizavam muitas postagens em seus blogs e sites e as



difundiam no Twitter. Já o compartilhamento de mídias verticais não foi expressivo, talvez por um fraco espaço disponibilizado por este tipo de mídia ao assunto no período da primeira consulta pública. Em relação ao cruzamento entre compartilhamento de mídias e especialização na área, no geral, os usuários especialistas realizaram um debate mais referenciado do que os não especialistas.

Sobre os temas, no debate estabelecido no Twitter predominaram as postagens que abordaram o evento de lançamento do Marco Civil da Internet, bem como o início da primeira consulta pública, ficando de fora as polêmicas que envolviam o assunto, assim como a discussão sobre o teor e as diretrizes que um marco civil para a internet deveria conter. O recorte estabelecido pode ter interferido nesses resultados, sendo necessário realizar uma coleta mais ampla dos *tweets*, talvez durante todo o período da primeira consulta pública, a fim de verificar se o diálogo englobou estes aspectos.

Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa, talvez pelo recorte temporal tão distante, foi a indisponibilidade de muitos links compartilhados. Em muitos casos, ao tentarmos acessar o endereço online, a página já não existia mais ou o link curto era redirecionado para outra matéria.

Ainda que a discussão em torno do Marco Civil da Internet, no período estipulado, não tenha trazido uma contribuição expressiva e representativa de grande parte da sociedade, o debate no Twitter pode ser considerado positivo, no que diz respeito à contribuição das Mídias Horizontais, que dominaram o espaço de visibilidade naquele momento. Além disso, mesmo que a discussão tenha ficado mais restrita às vozes especialistas, os mesmos podem ter sido referências informativas e divulgadoras do tema para os usuários em geral.

Referências

BOHMAN, J. **Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy.** *The Sociological Review*, 52, 131–155, 2004.

BRAGATTO, R. C.; SAMPAIO, R. C.; NICOLAS, M. A. O Marco Civil da Internet: como foi construído, quem participou e quais os impactos. Trabalho apresentado no V Seminário Nacional Sociologia & Política, de 14 a 16 de maio de 2014, Curitiba. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24778_1397848930.pdf
Acessado em: 18/03/2015.



CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHADWICK, A. Web 2.0: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. I/S: **Journal of Law and Policy for the Information Society**, 5(1), 9–41, 2009.

CAREY, J. **Communication as Culture**. Nova York: Routledge, 1989.

DAHLGREN, P. **The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation**. *Political Communication*, vol. 22, n.2, p.147-162, 2005.

DEAN, J. Why the Net is not a Public Sphere. In: **Constellations**, 10(1), 95–112, 2003. doi:10.1111/1467-8675.00315

DEWEY, J. **The public and its problems**. New York: Henry Holt, 1927.

GERHARDS, J.; SCHAFER, M.S. Is the internet a better public sphere? Comparing old and new media in the USA and Germany. In: **New Media & Society**, 12(1), 143–160, 2010. doi:10.1177/1461444809341444

GOLDBERG, G. **Rethinking the Public/Virtual Sphere: The Problem with Participation**. *New Media and Society* vol 13, no. 5: 739–754, 2011.

GOMES, W. Internet e participação política. In: **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W.; MAIA, R.C.M. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

ITUASSU, A.; LIFSCHITZ, S. Opinião Pública e Comunicação política em #ELEIÇÕES2014: uma análise preliminar. 2015 (no prelo).

MAIA, R. Democracia e a Internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

NEUMAN, W.R. "The impact of the New Media". In BENNETT, W.L.; ENTMAN, R.M. **Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 299-322.

SAMPAIO, R.C; MAIA, R.C.M.; MARQUES, F.P.J.A. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. In: **Opinião Pública**, vol. 16, nº 2, Campinas, 2010, p.446-477.

SAMPAIO, R.C.; BARROS, S.A.R.; MORAIS, R. Como avaliar a deliberação online? Um mapeamento de critérios relevantes. In: **Opinião Pública**, vol.18 no.2, Campinas, 2012.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase de consulta online sobre o Marco Civil da Internet. Trabalho apresentado no V Congresso da Compolitica, de 08 a 10 de maio de 2013 em Curitiba. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-04-%C3%94%C3%87%C3%B4-Internet-e-Pol+%C2%A1tica-Rafael-Cardoso-Sampaio.pdf> Acessado em: 27/03/2015, às 12:00.

SHAW, D., BRADLEY, J.H.; TERRY, T.C. Vertical Versus Horizontal Media: Using Agenda-setting and Audience Agenda-melding to Create Public Information Strategies in The Emerging Papyrus Society. *Military Review*, November-December, 2006, p. 13-25.